

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DEFENSORIA PÚBLICA

2024

Gestão 2024/2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	2
2.1 Relatório anual – prestação de contas à sociedade catarinense	5
2.2 Missão institucional da Defensoria Pública.....	5
3. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	6
3.1 Principais áreas de atuação	6
3.2 Inovações e projetos institucionais	7
3.3 Atendimento ao público	8
4. DEFENSORIA PÚBLICA EM NÚMEROS	9
4.1 Total de atos e comparativo com anos anteriores	9
4.1.1 Total de atos.....	9
4.1.2 Atos por área de atuação	10
4.1.3 Distribuição numérica por área de atuação.....	11
4.2 atendimentos	11
4.3 Audiências.....	12
4.4 Petições	12
4.4.1 Petições iniciais	13
4.4.2 Petições intermediárias	13
4.4.3 Recursos	13
4.5 Exames de processos judiciais.....	14
4.6 Acordos e conciliações.....	14
5. EXEMPLOS DE IMPACTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA SOCIEDADE.....	15
5.1 Projetos especiais e atuações coletivas	15
5.2 Atuação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal	16
5.3 Atuação dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública.....	18
5.4 Atuação integral em prol dos vulneráveis	20
5.4.1 Demandas individuais.....	23
5.4.2 Demandas coletivas	32
5.4.3 Mutirões e atendimentos comunitários	33
6. DESAFIOS INSTITUCIONAIS.....	37
7. PERSPECTIVAS	38
8. REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O relatório de atividades adiante apresentado pela tem como objetivo prestar contas das atividades da Defensoria Pública à sociedade catarinense, cumprindo obrigação legal prevista na Constituição do Estado de Santa Catarina.

Considerando que o serviço público de orientação e assistência jurídica integral e gratuita à população vulnerável é custeado por meio dos impostos dos catarinenses, prestar contas do uso de tais recursos é dever dos gestores públicos.

Mas não é só isso.

A Defensoria Pública tem utilizado com zelo os recursos que recebe, transformando os valores em serviços que beneficiam a vida de toda a coletividade, especialmente das pessoas catarinenses vulneráveis.

Por isso, para além de demonstrar a importância dos serviços prestados, o relatório também serve de alerta para a imperiosa necessidade de expandir a atuação da Defensoria Pública para todos os cantos de Santa Catarina, fazendo com que o serviço público alcance toda a população catarinense vulnerável.

2. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil tornou o Estado brasileiro comprometido politicamente com a consecução da justiça social, fazendo-se necessário que a estrutura estatal fosse redirecionada à realização dos anseios sociais reconhecidos pelos princípios constitucionais da nova ordem, entre os quais se encontra o acesso à justiça.

A fim de conferir eficácia plena ao intento constitucional, previu-se a Defensoria Pública como a Instituição por meio da qual o Estado brasileiro prestaria orientação e assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos hipossuficientes financeiramente e aos demais grupos vulneráveis, tais como mulheres em situação de violência doméstica, pessoas com deficiência, população em situação de rua, idosos, crianças, adolescentes, pessoas encarceradas, consumidores, etc.

É certo, portanto, que o Constituinte Originário elevou a Defensoria Pública ao patamar de Instituição chave para a consecução de todos os objetivos fundamentais da República previstos no artigo 3º da Constituição Federal, buscando construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No intuito de aperfeiçoar seu conteúdo material e alcançar seus objetivos fundamentais, a Constituição da República passou por uma série de reformas nos últimos tempos, sendo certo que o Sistema de Justiça e a relação existente entre as diversas instituições que o compõem foram temas constantemente abordados.

Nesse contexto, a Defensoria Pública, idealizada no texto original da Carta de 1988, recebeu especial atenção do Constituinte Derivado, que promulgou quatro Emendas Constitucionais que abordaram a Instituição, três delas de maneira exclusiva e com o claro objetivo de aperfeiçoar a prestação do serviço público de orientação e assistência jurídica integral e gratuita aos vulneráveis.

Com efeito, ao se analisar a evolução constitucional da Defensoria Pública, percebe-se a firme intenção de equilibrar as forças do Sistema de Justiça, estabelecendo efetivamente a necessária e indispensável paridade de armas, não apenas entre ambos os polos processuais, mas entre ricos e pobres, a fim de efetivar os objetivos da República Federativa do Brasil.

Acompanhando o fortalecimento da Defensoria Pública em âmbito nacional e em diversas unidades da federação, o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto 2012, criou a Defensoria Pública Catarinense, que, desde então, vem desempenhando com afinco sua atribuição constitucional de orientar e assistir juridicamente as pessoas catarinenses vulneráveis, cumprindo suas múltiplas funções institucionais.

Para se ter uma ideia de dimensão do trabalho já realizado, basta dizer que, em 11 anos de atuação, a Defensoria Pública alcançou mais de 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil pessoas) em situação de vulnerabilidade em Santa Catarina, atuando por meio de orientações jurídicas, petições judiciais, audiências, conciliações, mediações e educação em direitos.

E, como bem se sabe, a Defensoria Pública está instalada em apenas 26 (vinte e seis) Comarcas do Estado de Santa Catarina.

A Instituição tem sede em Florianópolis e Núcleos Regionais nas cidades de Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Maravilha, Palhoça, Rio do Sul, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê, além da Unidade que se encontra instalada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e daquelas existentes nas Câmaras de Vereadores de Florianópolis, Jaraguá do Sul e Joinville.

A tabela abaixo mostra as Comarcas que contam com a presença da Defensoria Pública, o total de defensores públicos de cada uma delas e também as áreas atendidas.

Núcleo Regional	DP	Áreas de atuação
Araranguá	1	Fazenda pública, cível, criminal e família
Balneário Camboriú	2	Fazenda pública, cível e família
Biguaçu	2	Fazenda pública, cível e família
Blumenau	8	Fazenda pública, criminal, família, infância e juventude
Brusque	2	Fazenda pública, criminal e família
Caçador	1	Fazenda pública, criminal e infância e juventude
Campos Novos	1	Fazenda pública e criminal
Capital	32	Fazenda pública, cível, criminal, execução penal, família, infância e juventude e violência doméstica
Chapecó	8	Fazenda pública, cível, criminal, execução penal, família e infância e juventude
Concórdia	1	Fazenda pública, criminal e infância e juventude
Criciúma	7	Fazenda pública, cível, criminal, execução penal, família, infância e juventude
Curitibanos	1	Fazenda pública e criminal
Itajaí	7	Fazenda pública, cível, criminal, execução penal, família, infância e juventude.
Jaraguá do Sul	4	Fazenda pública, saúde, criminal, família.
Joaçaba	1	Fazenda pública, criminal e família
Joinville	15	Fazenda pública, cível, saúde, criminal, execução penal, família, infância e juventude e violência doméstica
Lages	6	Fazenda pública, criminal, família, e infância e juventude
Mafra	1	Fazenda pública e criminal
Maravilha	1	Fazenda pública, criminal e família
Palhoça	5	Fazenda pública, cível, criminal, família, infância e juventude
Rio do Sul	1	Fazenda pública, criminal e família
São José	7	Fazenda pública, cível, criminal, execução penal, família, e infância e juventude
São L. do Oeste	1	Fazenda pública, cível, saúde, infância e juventude e criminal
São M. do Oeste	1	Fazenda pública, criminal e família
Tubarão	3	Fazenda pública, cível, criminal, família e infância e juventude
Xanxerê	1	Fazenda pública, criminal e família

Em suma, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina é essencial à função jurisdicional do Estado, atuando para garantir o acesso à justiça de forma integral e gratuita a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.1 Relatório anual – prestação de contas à sociedade catarinense

Segundo o art. 104, § 9º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, “O Defensor Público-Geral do Estado comparecerá, anualmente, à Assembleia Legislativa, para relatar, em sessão pública, as atividades da Defensoria Pública”.

Em razão disso, e também porque entende que tal medida é por demais importante, a Defensoria Pública comparece anualmente à ALESC para, na casa do Povo Catarinense, prestar contas de suas inúmeras atividades.

Este breve relatório, que já foi apresentado de forma breve no plenário da Casa Legislativa, detalha as principais ações, os resultados mais expressivos e os desafios enfrentados, oferecendo uma visão completa da diversa atuação institucional em prol dos catarinenses, da justiça e do bem comum.

A transparência é um dos pilares essenciais da Defensoria Pública, e a apresentação do presente Relatório Anual de Atividades aos diversos atores políticos da sociedade catarinense materializa tal compromisso.

Ao compartilhar dados, resultados, análises e diversas atuações individuais e coletivas, não se busca apenas cumprir o dever legal de prestar contas, mas também se reafirma a responsabilidade de bem gerir recursos públicos de forma eficiente e com impacto direto e benéfico na vida dos cidadãos vulneráveis e que diariamente procuram os serviços prestados pela Instituição.

2.2 Missão institucional da Defensoria Pública

A Defensoria Pública tem como missão institucional a promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis e socialmente excluídos.

Entre suas atribuições, destacam-se:

(...)

- i) a prestação de orientação e assistência jurídica integral e gratuita em demandas individuais;
- ii) a prestação de orientação e assistência jurídica integral e gratuita em demandas coletivas;
- iii) a efetiva defesa dos direitos humanos e da cidadania, atuando em favor dos direitos dos grupos minoritários e defendendo a dignidade humana;
- iv) a promoção da mediação e conciliação, com incentivo à solução extrajudicial de conflitos, promovendo o diálogo e buscando evitar a judicialização desnecessária;

v) a educação em direitos, notadamente por meio da realização de campanhas e projetos educativos que visam ampliar o conhecimento dos cidadãos sobre seus direitos e sobre o funcionamento do Sistema Justiça;

(...)

Ao defender os direitos de todas as pessoas menos favorecidas, a Instituição contribui para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e para a construção e efetiva implementação políticas públicas que assegurem o acesso de todos aos direitos fundamentais.

3. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 Principais áreas de atuação

Atua-se especialmente nas seguintes áreas:

(...)

i) família (a mais procurada de todas as áreas atendidas): orientando e atuando na defesa dos direitos dos hipossuficientes em ações de alimentos, guarda, regulamentação de visitas, divórcio, união estável, partilha de bens, alvará, inventários, e demais questões familiares, preferencialmente com a pacificação das relações familiares por meio da conciliação extrajudicial e judicial;

ii) saúde, priorizando a atuação extrajudicial para obtenção de medicamentos (preferencialmente genéricos) e procedimentos médicos, evitando mais despesas para o Estado com o custo da judicialização;

iii) infância e juventude, auxiliando no processo de reabilitação familiar e nas questões dos adolescentes infratores, atuando em processos guarda, adoção e em medidas de proteção;

iv) defesa da mulher vítima de violência doméstica, prestando orientação e assistência integral e completamente gratuita;

v) direitos das pessoas idosas em situação de violência e/ou negligência, pleiteando alimentos, afastamento de familiares do lar, etc;

vi) direitos da pessoa com deficiência, com vistas à inclusão e à acessibilidade;

vii) educação, pleiteando vagas em creches e pré-escolas, inclusive em período integral para famílias vulneráveis, e outros direitos;

viii) moradia, de forma individual e coletiva, judicial e extrajudicial, propondo ações de usucapião, regularização fundiária, aluguel social, etc;

ix) defesa judicial em ações cíveis e penais, inclusive quando os acusados são policiais militares;

x) reabilitação das pessoas em situação de rua, buscando a respectiva reinserção social plena;

xi) direito dos consumidores, de forma individual e coletiva, judicial e extrajudicial, firmando termos de cooperação com outros órgãos públicos para buscar a solução extrajudicial de demandas, notadamente quanto ao superendividamento e ao acesso adequado aos serviços públicos essenciais (água, energia, tecnologia, etc); e

xi) ações civis públicas e ações coletivas para defender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de grupos vulneráveis, inclusive os acima referidos.

(...)

Percebe-se que a atuação institucional abrange inúmeras áreas do direito, mas sempre tem relação direta com as prementes necessidades da população catarinense vulnerável.

Ou seja, sempre que algum direito das pessoas catarinenses vulneráveis estiver direta ou indiretamente ameaçado, tanto por meio de atuação particular quanto por intermédio de atuação estatal, a Defensoria Pública pode e deve agir de maneira imediata para salvaguardá-lo.

3.2 Inovações e projetos institucionais

A Defensoria Pública de Santa Catarina tem buscado inovar continuamente para tornar o acesso à justiça mais ágil, eficiente e inclusivo.

Abaixo algumas das iniciativas:

(...)

i) projetos de parceria e ações interinstitucionais para otimizar e ampliar a atuação da Defensoria Pública, inclusive por meio de atendimentos e mutirões itinerantes, possibilitando a prestação de assistência jurídica para áreas rurais e periferias, oferecendo atendimentos diretamente na localidade dos cidadãos, reduzindo barreiras geográficas e financeiras;

ii) parcerias interinstitucionais com universidades, organizações sem fins lucrativos e outras instituições públicas para possibilitar que se amplie o alcance de seus serviços, oferecendo oficinas, mutirões de atendimento e projetos de capacitação em direitos para os cidadãos, fortalecendo a atuação conjunta em prol dos direitos fundamentais;

iii) projetos de mediação e conciliação, especialmente por meio da realização de programas que incentivam a resolução amigável de conflitos, estimulando o uso tanto da

mediação quanto da conciliação em questões de família e cíveis e, por conseguinte, reduzindo a judicialização e possibilitando soluções mais rápidas e satisfatórias para as pessoas; e

iv) atendimento digital e teleatendimento por intermédio de canais digitais, como plataformas de videoconferência, aplicativos e um portal de atendimento online, ampliando o acesso à justiça e garantindo que os cidadãos possam ser atendidos de maneira ágil e remota, especialmente aqueles que residem em locais mais distantes.

(...)

Essas são apenas algumas das inúmeras iniciativas empreendidas pelas Instituição em prol do povo catarinense.

3.3 Atendimento ao público

Para garantir que o atendimento à população catarinense vulnerável seja realizado de forma efetiva e humanizada, a Defensoria Pública tem buscado investir na melhoria contínua das suas unidades de atendimento e na modernização dos canais de atendimento digital.

Para isso, possui unidades estrategicamente distribuídas por 26 (vinte e seis) cidades de Santa Catarina, oferecendo um espaço acolhedor e acessível para o atendimento ao público.

Em 2024 foram realizadas melhorias em algumas das instalações físicas, sempre com o objetivo de garantir que o atendimento das pessoas ocorra em espaço privativo e confortável.

Ademais, a Instituição tem envidado esforços para aperfeiçoar os canais de atendimento ao público, implementando um sistema de automação para os atendimentos iniciais realizados pelas triagens e oferecendo atendimento remoto, o que facilita o acesso ao serviço público. Tais melhorias refletem o compromisso institucional de garantir um serviço de qualidade e acessível a todos os cidadãos, assegurando que o acesso à justiça seja universal e adaptado às necessidades da sociedade catarinense.

Reconhece-se que é preciso avançar muito mais, especialmente nas questões orçamentárias, e é esse o grande desafio a ser enfrentado pelas gestões institucionais nos próximos anos.

Com o investimento adequado é possível expandir e tornar o serviço público ainda mais eficiente, utilizando soluções tecnológicas para aprimorar o atendimento e melhor servir o povo catarinense.

4. DEFENSORIA PÚBLICA EM NÚMEROS

Neste tópico, apresenta-se uma síntese dos serviços prestados pela Defensoria Pública ao longo do ano de 2024.

O foco é destinado ao número de casos atendidos, audiências, petições e exames de processos judiciais, distribuídos por áreas específicas, como saúde, família, criminal, cível, execução penal e infância e juventude.

4.1 Total de atos e comparativo com anos anteriores

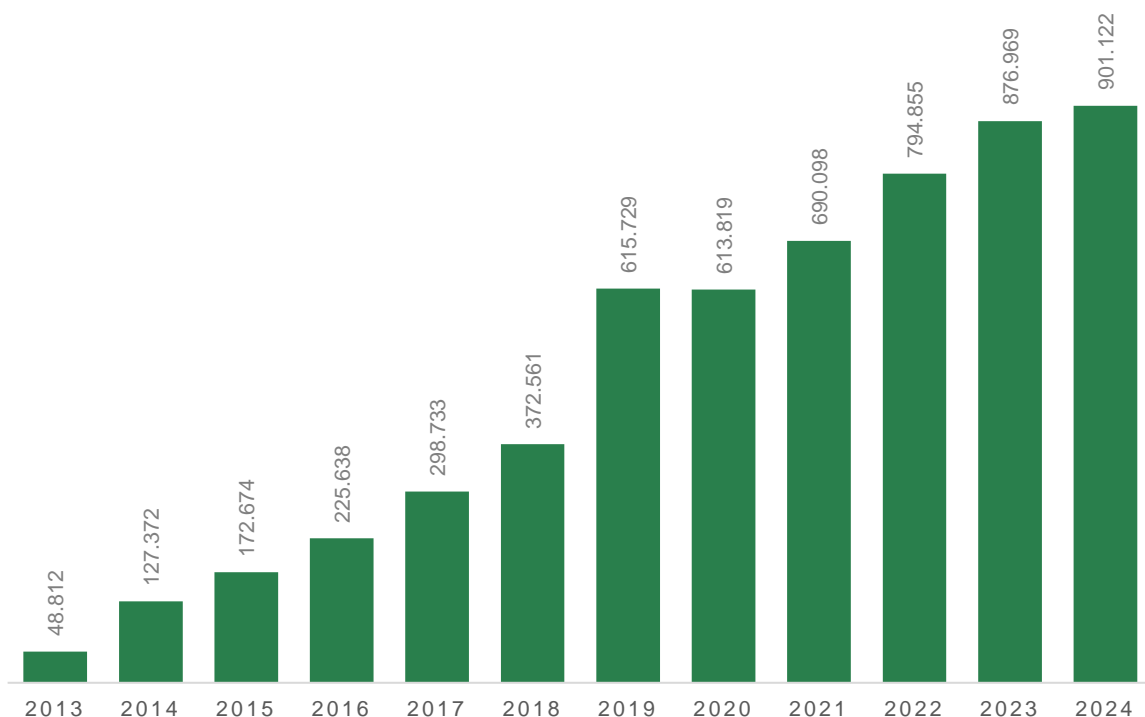
Neste ano, a Defensoria Pública de Santa Catarina registrou um aumento significativo no número de atos realizados.

Foram contabilizados mais de 900.000 (novecentos mil) atos, relacionados a audiências, atendimentos, petições e exames de processos judiciais, um crescimento significativo em comparação ao ano anterior.

A análise dos dados que serão adiante expostos mediante representações gráficas demonstra, de forma indene de dúvidas, que mesmo sem um crescimento orçamentário significativo e enfrentando um sério problema de evasão em seus quadros, a Defensoria Pública apresenta resultados cada vez mais robustos.

Analise-se.

4.1.1 Total de atos



Esse crescimento contínuo demonstra o comprometimento da Instituição na defesa da enorme quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade no Estado de Santa Catarina.

4.1.2 Atos por área de atuação

A divisão da atuação por área é a seguinte:

(...)

i) a área cível respondeu por 25% dos atendimentos, abrangendo questões como direito de família, direito do consumidor em todas as esferas, propriedade, contratos, acesso a serviços essenciais, direito à moradia, litígios relacionados a bens, etc;

ii) cerca de 13% dos casos foram de natureza criminal, envolvendo a defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade acusadas de delitos, indo desde representações em audiências até o acompanhamento de processos de execução penal;

iii) com 18% dos atendimentos, a área da execução penal significa a atuação da Instituição como fiscalizadora do regular cumprimento das penas e das condições de encarceramento;

iv) a área da infância e juventude, com atuações diretamente relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, significou 23% dos casos atendidos no corrente ano, com pedidos referentes à guarda, pensão alimentícia, adoção, medidas protetivas, entre outros, o que reafirma o compromisso institucional com a proteção integral;

v) a assistência à mulher vítima de violência representou 13% do trabalho do período analisado; e

vi) as demais matérias responderem por 8% da atuação institucional ocorrida dentro dos marcos temporais do presente relatório.

(...)

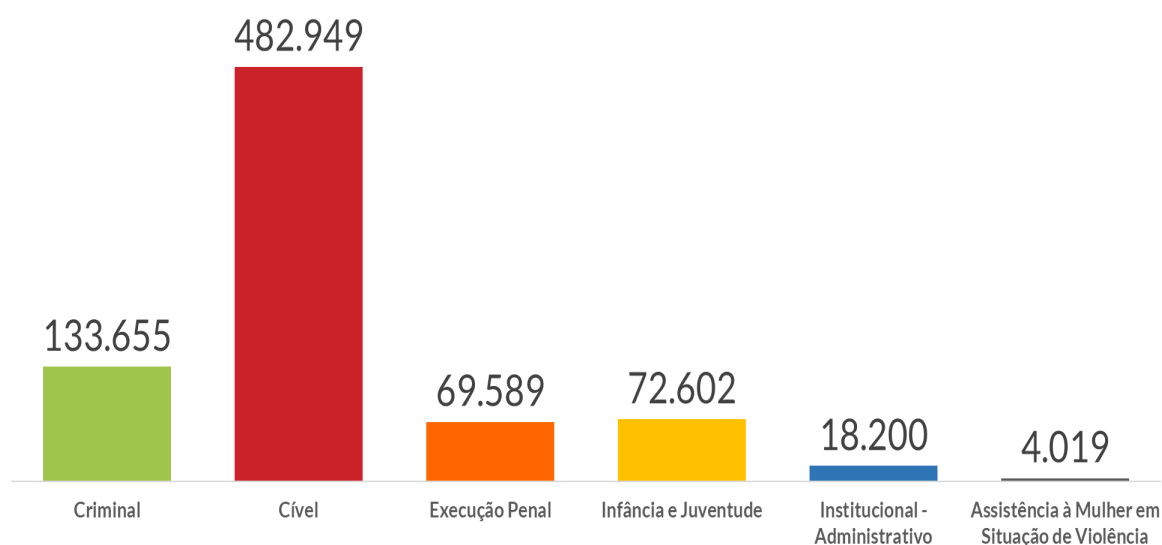
Nota-se que a área cível é a mais numericamente sobrecarregada, especialmente com atendimentos iniciais.

E, dentro da área cível, o carro-chefe é a área de família, com milhares de pedidos de guarda, pensão alimentícia, fixação de regime de convivência, divórcio, dissolução de união estável, partilha de bens, etc.

Muitas vezes os processos são resolvidos de forma célere, especialmente por meio da adoção de medidas extrajudiciais como a mediação e a conciliação e, em seguida, percebe-se que demora da pessoa em solucionar o respectivo problema se devia à impossibilidade de custear o serviço.

4.1.3 Distribuição numérica por área de atuação

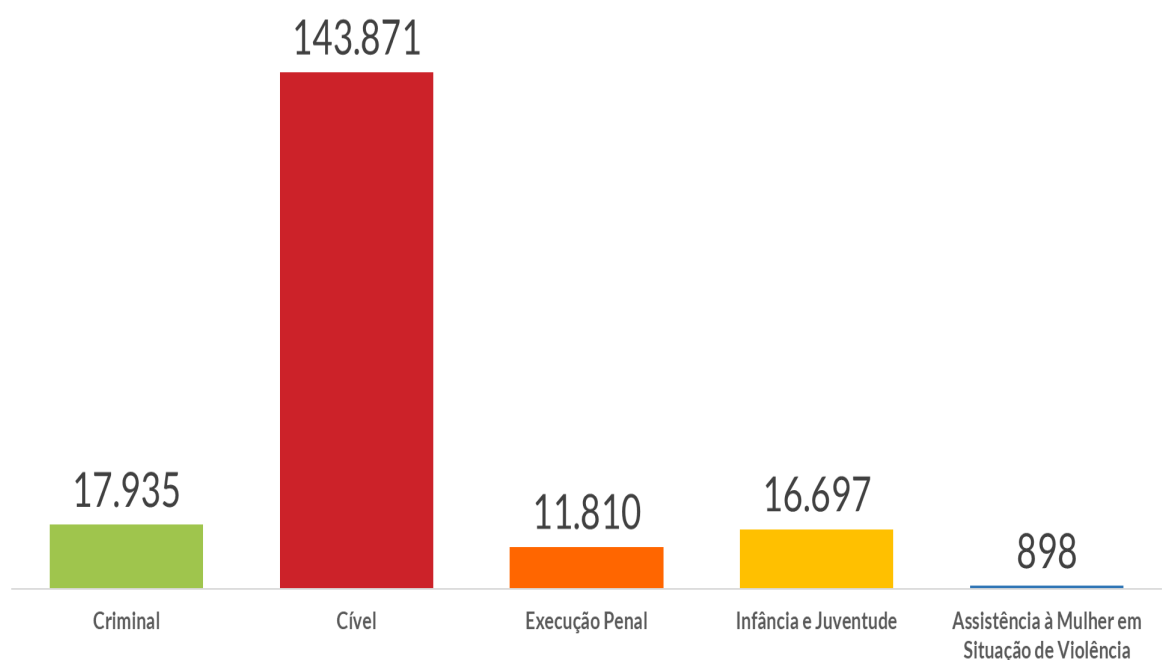
Abaixo está a representação gráfica pormenorizada dos dados expostos no tópico anterior.



4.2 Atendimentos

Foram realizados cerca de 317.000 (trezentos e dezessete mil) atendimentos envolvendo orientação e assistência jurídica aos cidadãos que procuraram a Instituição.

Veja-se.



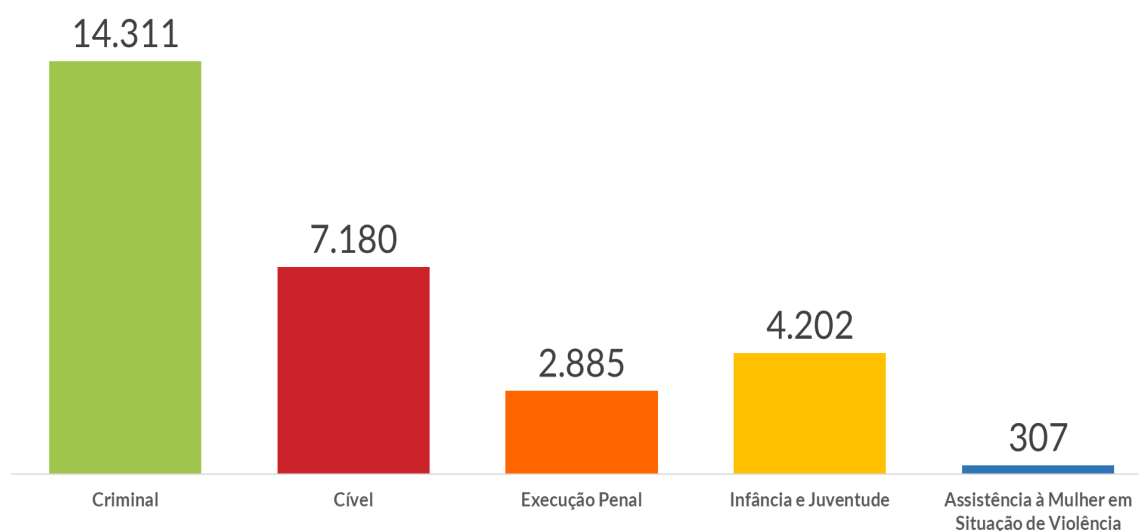
4.3 Audiências

A atuação em audiência nos inúmeros ramos do direito também é papel institucional.

Ao longo do ano de 2024, os membros representaram as pessoas assistidas em aproximadamente 30.000 (trinta mil) audiências judiciais e extrajudiciais.

Vale lembrar que a atuação sempre busca encontrar soluções eficazes para proteger os direitos e promover a dignidade de todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade.

A divisão por áreas de atuação é a seguinte:



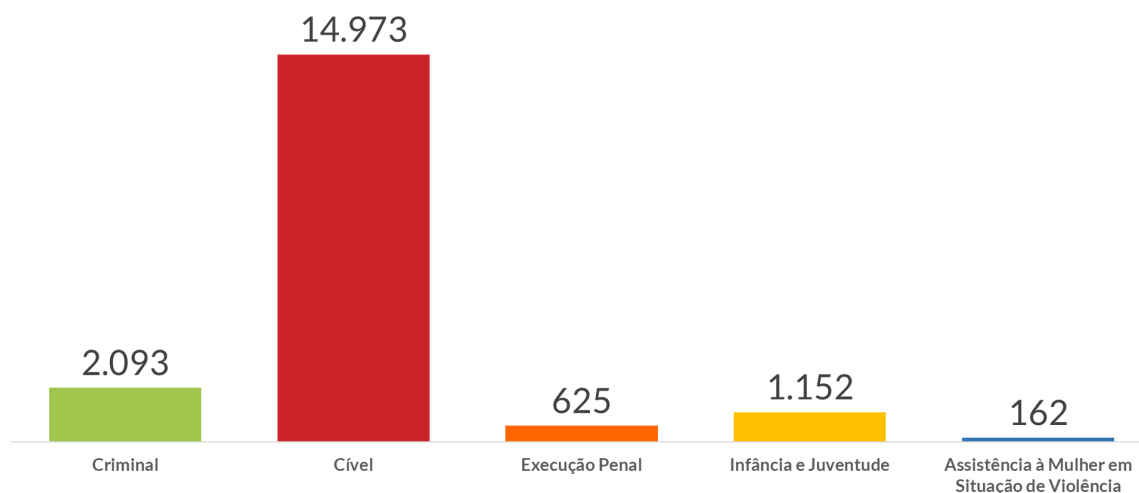
Essas audiências incluíram negociações extrajudiciais para evitar a judicialização de conflitos das partes assistidas e também intervenções diretas em processos nas áreas de saúde, cível, família, direitos humanos, fazenda pública, violência doméstica, entre outras, sempre com o objetivo de garantir respostas rápidas e adequadas às demandas da população catarinense.

4.4 Petições

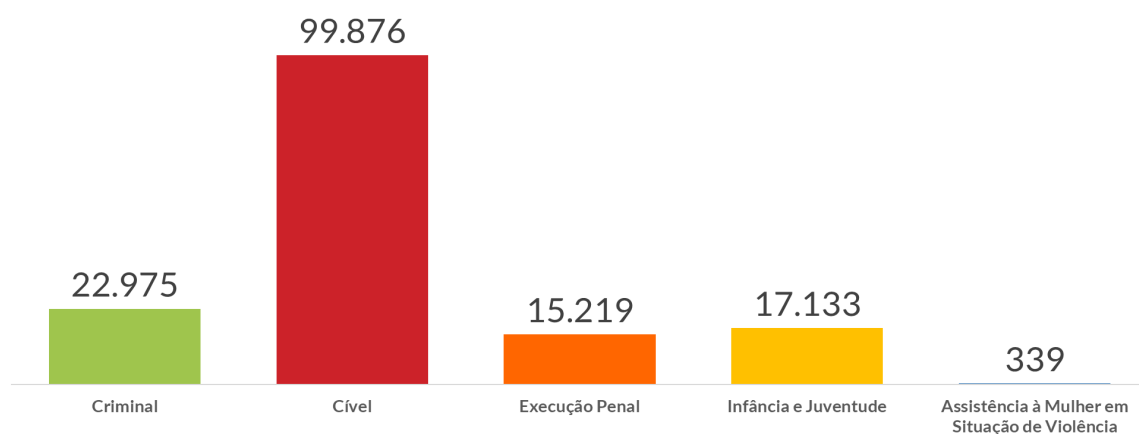
No total, foram elaboradas aproximadamente 176.000 (cento e setenta e seis mil) petições iniciais e intermediárias, sendo 20.000 (vinte mil) petições iniciais e 156.000 (cento e cinquenta e seis mil) petições intermediárias, assegurando a efetiva representação dos assistidos ao longo de seus processos judiciais.

Os três gráficos dos tópicos seguintes demonstram o volume exato de peticionamento em cada área de atuação:

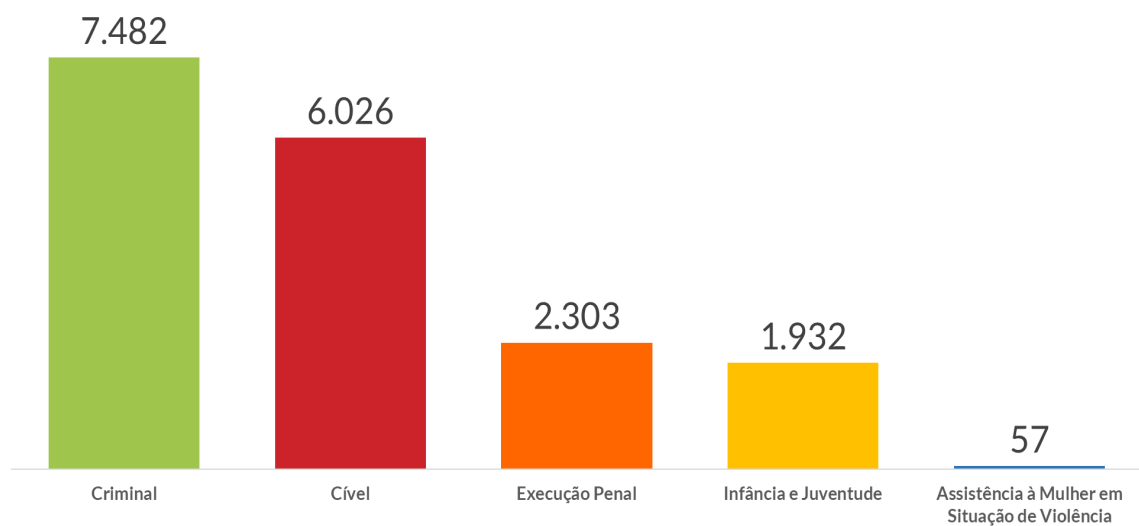
4.4.1 Petições iniciais



4.4.2 Petições intermediárias



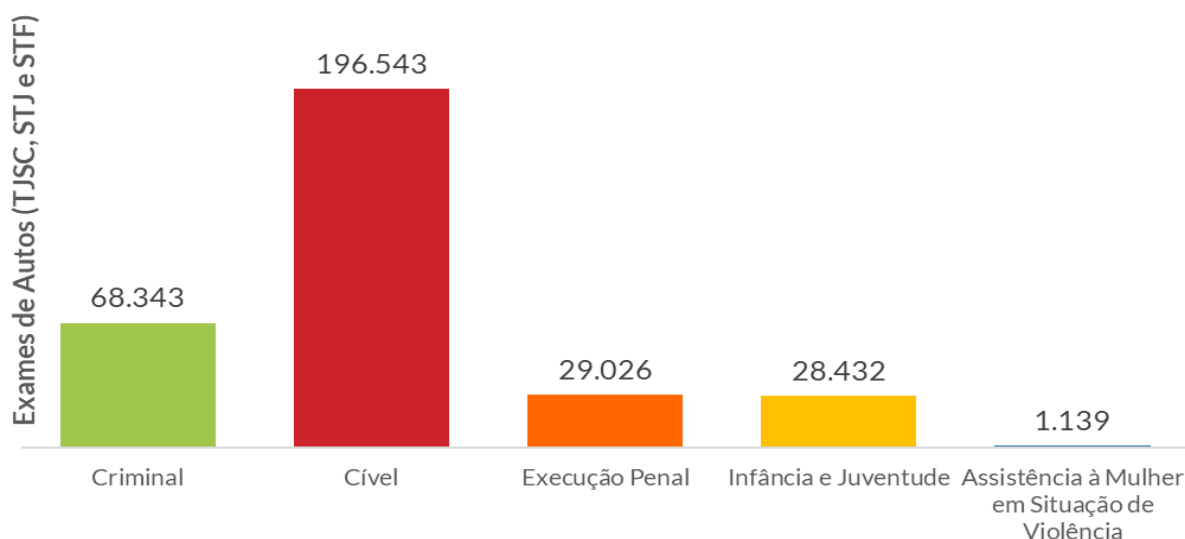
4.4.3 Recursos



4.5 Exames de processos judiciais

Foram analisados 323.000 (trezentos e vinte e três mil) processos judiciais, sempre com o objetivo de oferecer uma defesa técnica e personalizada, sendo 319.475 (trezentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta e cinco) deles no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 3.792 (três mil, setecentos e noventa e dois) no Superior Tribunal de Justiça e 216 (duzentos e dezesseis) no Supremo Tribunal Federal.

Veja-se.



Esses dados destacam a forte atuação da Defensoria Pública, notadamente quando ao seu compromisso em proporcionar uma defesa eficaz e qualificada à população catarinense.

Tais dados refletem a grande produtividade decorrente da atuação dos membros da Instituição.

4.6 Acordos e conciliações

A Defensoria Pública de Santa Catarina tem buscado cada vez mais soluções extrajudiciais, acreditando que o diálogo e a conciliação são ferramentas eficazes para reduzir a judicialização de conflitos.

Em 2024, foram celebrados cerca de 1.000 (mil) acordos, resultando em soluções mais rápidas e satisfatórias para as partes envolvidas, além de contribuir para a redução da carga do sistema judicial.

Além disso, foram realizados 1.445 atos de conciliação e mediação, sempre com o objetivo de proporcionar uma justiça mais acessível, célere e eficiente.

5. EXEMPLOS DE IMPACTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA SOCIEDADE

A atuação da Defensoria Pública tem impacto direto e imediato na vida de milhões de catarinenses.

Este impacto se manifesta tanto em dados quantitativos quanto em relatos de transformação social.

5.1 Projetos especiais e atuações coletivas

Durante 2024, a Defensoria Pública implementou diversos projetos e ações para ampliar o alcance do atendimento, promovendo a inclusão social e defendendo grupos historicamente vulneráveis.

Para se ter uma ideia, o órgão especializado em projetos especiais prestou mais de 1.915 (mil novecentos e quinze) atendimentos, rodou 3.913 km (três mil, novecentos e treze quilômetros), realizou atendimentos em 9 (nove) cidades e organizou 23 (vinte e três) mutirões, com 753 (setecentos e cinquenta e três) pedidos de segunda via de registro civil e ainda com a entabulação de 12 (doze) termos de cooperação técnica e convênio.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

(...)

Mutirões da Cidadania: atuação itinerante por todo o Estado de Santa Catarina, levando acesso à justiça e cidadania para a população. Foram realizados 23 mutirões, em uma dezena de cidades, para atendimentos jurídicos, integrais e gratuitos, tais como orientações jurídicas, consultas processuais, ajuizamento de ações, realização de acordos e solicitações de segundas vias de certidões de registro civil.

Mutirão de regularização de registro civil: auxílio à população vulnerável na obtenção da documentação civil, permitindo o pleno exercício da cidadania, de forma simples, rápida e gratuita. Ao longo do ano, foram solicitadas e devidamente entregues mais de 700 certidões. Um dos exemplos foi a regularização civil de indígenas que vivem na Aldeia Condá e que ainda não possuíam RG.

Mutirão de vaga em creche: evento idealizado pelo NIJID, com o auxílio da ASSEPE, que culminou no ajuizamento de 67 ações para a garantia do direito à educação básica às crianças do município de Florianópolis.

Evento de combate à violência doméstica referente ao Dia da Mulher: equipes do NUDEM e ASSEPE distribuíram cartilhas informativas sobre o direito das mulheres e o combate à violência doméstica no TICEN de Florianópolis, em parceria com a Procuradoria da Mulher e a Prefeitura de Florianópolis.

Caravana do Bem: a Defensoria Pública recebeu o convite para participar da Caravana do Bem, organizada pela NSC em Joinville, ocasião em que se uniu a mais de 20 entidades e instituições para proporcionar à população joinvilense ações que reforçam a cidadania. O projeto percorreu cinco comunidades em áreas de maior exclusão social do Município de Joinville, sendo que a Defensoria Pública prestou mais de 400 atendimentos.

2ª Semana Nacional do Registro Civil: evento organizado pelo TJSC e TRF-4 em parceria com a Defensoria Pública e outras instituições, com foco na regularização civil da população em situação de rua, ocasião em que a Defensoria Pública prestou mais de 350 atendimentos.

Força-Tarefa DPE/RS: a Defensoria Pública de Santa Catarina integrou ação colaborativa articulada pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) para ampliar o atendimento às vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul, durante a semana, de 26 a 30 de agosto, sendo que mais de 420 atendimentos foram prestados pela DPE/SC.

Ações Coletivas pela Inclusão de Pessoas com Deficiência: com foco na garantia de direitos de pessoas com deficiência, a Defensoria atua em ações para assegurar acessibilidade em locais públicos e privados e o acesso adequado a serviços de saúde e educação para a população catarinense.

(...)

Esses projetos demonstram o compromisso da Defensoria Pública com uma atuação proativa e abrangente, levando a justiça para além das salas de audiência e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

5.2 Atuação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal

A Instituição Catarinense se destaca nacionalmente em relação às demais Defensorias Públicas do país na atuação efetiva junto aos Tribunais Superiores.

Neste ponto, consigna-se que a Instituição está entre as cinco Defensorias Públicas do país com maior número de processos no STJ entre 1/1/2019 e 31/12/2023, ficando atrás apenas das Defensorias Públicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sendo responsável por 44% (quarenta e quatro por cento) dos *habeas corpus* e recursos no STJ e deflagrando 23.467 processos judiciais em ambas as Cortes Superiores.

Estima-se que a atuação da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina nos Tribunais Superiores brasileiros resultou em uma economia direta e indireta de mais de R\$ 104.000.000,00 (cento e quatro) milhões, conforme parâmetros utilizados pelo Sistema Prisional Catarinense.

Exemplos concretos da atuação da Defensoria Pública Catarinense nos Tribunais Superiores:

(...)

(i) STJ, HC 598.886/SC de outubro de 2020: o STJ decide pela primeira vez na história que é ilegal a condenação criminal baseada em reconhecimento de pessoa realizado sem observância dos requisitos legais (art. 226 do CPP), fator que inclui a necessidade de a pessoa suspeita ser colocada ao lado de outras pessoas semelhantes para, então, ser exibida à vítima e testemunha. No caso emblemático, reconheceu-se o protagonismo da Defensoria Pública de Santa Catarina, que atuou no caso criminal mais impactante do país na última década. O caso versa sobre um assalto ocorrido no ano de 2018 em uma churrascaria na cidade de Tubarão/SC. Segundo testemunhas, durante a operação o réu usava capuz que caía várias vezes, motivo pelo qual disseram reconhecer o suspeito. No entanto, em liminar concedida no dia 2 de outubro, Schietti observou que as vítimas disseram que eram “ameaçadas para que não olhassem para os acusados”, o que de certa forma pode contradizer o reconhecimento do acusado. Além disso, as vítimas relataram que o homem possui aproximadamente 1,70 de altura, entretanto, o paciente acusado possui 1,95 metros (o defensor público Thiago Yukio Guenka Campos, da 17ª Defensoria Pública da Capital, para evidenciar a discrepância de altura, apresentou uma comparação visual entre as fotografias do jogador Lionel Messi (1,60m) e de Zlatan Ibrahimovic (1,95m). A estratégia, que destacou a diferença gritante de estaturas, foi elogiada pelo ministro do STJ, Rogério Schietti. Como resultado, o acusado foi absolvido após o recurso interposto pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina);

(ii) STJ, REsp 1.953.607/SC de setembro de 2022: o STJ reconheceu o direito à remição ficta (redução da pena pelo trabalho e estudo) aos presos que, durante a pandemia, estavam estudando ou trabalhando, mas foram impedidos de trabalhar e estudar em razão de medidas sanitárias. O caso foi selecionado como paradigma para fixação da tese a ser observado em todo o Brasil. A decisão teve um grande impacto financeiro ao erário, já que determinou a redução de pena de inúmeros reeducandos em todo o Brasil;

(iii) STJ, HC 796.962/SC de julho de 2024: aplicando o entendimento do REsp 1.953.607/SC, o Superior Tribunal de Justiça determinou o reconhecimento da remição ficta em favor de todos os apenados que trabalhavam ou estudavam enquanto cumpriam pena em Maravilha/SC e que foram impedidos de trabalhar ou estudar durante a pandemia por razões sanitárias;

(iv) STJ, AgRg no HC n. 918.988/SC de agosto de 2024: empresário que deixa de recolher ICMS até o valor de R\$ 50.000,00 pratica apenas uma infração tributária, mas não comete crime, já que o próprio Estado de Santa Catarina estabelece o valor de R\$ 50.000,00 como valor mínimo para propositura de execução fiscal;

(v) STJ, ED em HC 690.896/SC de abril de 2022: empresário que deixa de recolher ICMS em dois períodos em razão de dificuldades financeiras não compete crime tributário, apenas infração administrativa; e

(vi) STF, RHC 163.334/SC de dezembro de 2019: Plenário do STJ decide que o simples não pagamento de ICMS não caracteriza crime, pois para caracterizar infração penal o empresário deve deixar de recolher ICMS de forma “contumaz” e “com dolo específico de apropriação”;

(...)

Os exemplos acima bem demonstram o compromisso institucional com a assistência jurídica em todos os graus.

5.3 Atuação dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública

Em seguida são destacadas algumas atuações dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública.

Veja-se.

(...)

NUPEP: atendimento integral às famílias dos reclusos em unidades prisionais catarinenses, acompanhamento da lotação das Unidades Prisionais, controle dos protocolos de tuberculose, participação na formação de professores que ministram cursos no sistema prisional, etc.

NUDECONCI: ajuizamento de ação coletiva em face de uma administradora de consórcios, obtendo liminar para fazer suspender propaganda enganosa. A administradora de consórcios, por seus representantes e equipe comercial, utilizava-se de afirmações que faziam o consumidor compreender equivocadamente que, caso realizasse um lance no consórcio, teria assegurado rapidamente a carta de crédito, criando uma impressão de que seu contrato significaria um financiamento em taxas moderadas. Após realizar contato com pessoas prejudicadas e tendo o confirmado diversos casos de lesão perante PROCONS em SC, a Defensoria Pública ajuizou ação coletiva com o propósito de fazer cessar a propaganda enganosa, publicar esclarecimentos nas redes sociais da administradora e consórcios e como pedido final da ação coletiva, assegurar indenização aos consumidores que foram lesados.

NIJID: adoção de medidas jurídicas voltadas à promoção do direito à educação de crianças e adolescentes, com o intuito de garantir o acesso a uma educação de qualidade, por meio de três ações coletivas para assegurar vagas no ensino infantil e fundamental em Florianópolis, São José e Palhoça, além de demandas relacionadas ao transporte escolar. Também se pode destacar ações em defesa dos direitos das pessoas idosas e com deficiência, com foco em cidadania, bem-estar e saúde, como pedidos de segunda via de

certidões, fornecimento de fraldas geriátricas e programas de renda extra. No âmbito das unidades socioeducativas do Estado, foram ajuizadas ações para assegurar os direitos dos adolescentes, com o objetivo de coibir irregularidades e garantir a integridade das medidas de internação.

NUHAB: o Núcleo desempenhou um papel essencial na garantia da moradia de mais de 600 famílias de baixa renda em quatro condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), localizados nas cidades de Jaraguá do Sul e Joinville. O núcleo constatou irregularidades nas cobranças de taxas condominiais realizadas por empresas contratadas. Essas cobranças adicionavam cerca de 40% ao valor original das dívidas, tornando-as muito mais onerosas para as famílias. Principais ações promovidas: (i) suspensão das cobranças judiciais; (ii) ajuizamento de uma ação coletiva que resultou na suspensão de mais de 600 processos judiciais de cobrança, evitando que as famílias perdessem seus imóveis; (iii) acordo com as empresas para eliminar os encargos considerados ilegais e permitir que as dívidas fossem parceladas em até 180 meses; (iv) mutirões de assinatura para formalizar os termos de acordo de forma individual com as famílias, sendo que até o momento mais de 200 acordos já foram concluídos, garantindo a manutenção das moradias para as famílias envolvidas, e o trabalho segue em andamento para beneficiar todas as famílias atingidas.

NUHAB: o Núcleo firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município de Florianópolis, garantindo a construção de 184 unidades habitacionais voltadas para a população de baixa renda. A iniciativa é considerada um marco no enfrentamento do déficit habitacional em Florianópolis, unindo esforços entre o município e a Defensoria Pública para garantir moradia digna e acesso a direitos básicos para famílias em situação de vulnerabilidade.

NUDEM: atuação na promoção dos direitos das mulheres por meio de diversas ações e parcerias, incluindo: (i) realização de encontros e capacitações sobre temas como violência, profissionalização e direitos reprodutivos, além de oferecer orientações jurídicas e materiais informativos. (ii) atuação interinstitucional, com articulações com o Ministério Público, a Secretaria de Saúde e movimentos sociais para enfrentar a violência e a discriminação de gênero. A Defensoria também tem alcançado êxitos em procedimentos de tutela coletiva, como a melhoria no acolhimento de mulheres em situação de violência e a regulamentação das parteiras tradicionais. (iii) visitas e inspeções periódicas na casa-abrigo para mulheres em situação de violência da Capital (Casa Amadas), com o objetivo de prestar atendimento individualizado às mulheres acolhidas e, quando necessário, providenciar o ajuizamento de eventuais ações.

(...)

Além desses casos, atuou-se na defesa individual e coletiva em prol da população hipossuficiente por intermédio dos órgãos de execução.

5.4 Atuação integral em prol dos vulneráveis

A Defensoria Pública de Santa Catarina tem por missão precípua a orientação e a assistência jurídica integral e gratuita à toda a população catarinense vulnerável, atuando mediante comando constitucional, e não por escolha dos seus órgãos de execução, apresentados pelos respectivos membros.

A atuação institucional transcende a esfera da atuação individual e, na grande maioria dos casos, gera impacto direto e imediato na vida coletiva da população do Estado de Santa Catarina.

É comum o retorno de pessoas que foram atendidas, tiveram seus problemas resolvidos e fazem questão de comparecer à Instituição para reconhecer o serviço que lhes foi prestado.

Isso reflete a tarefa institucional, que é, para muito além da resolução de conflitos jurídicos, a de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos impactos pelos serviços públicos disponibilizados.

Abaixo estão listados alguns casos específicos relacionados à atuação defensorial no ano de 2024:

(...)

Mês	Matéria – Fonte: https://defensoria.sc.def.br/noticias/
Janeiro	Idosos podem receber fraldas geriátricas gratuitamente em Joinville após ação da Defensoria Pública
	Defensoria Pública garante ligação de água para assistido em Tubarão
	Defensoria Pública realiza mutirão para acesso a vagas em creches em Florianópolis
Fevereiro	Idosa em tratamento de câncer consegue medicamento de alto custo com apoio da Defensoria Pública
	Família consegue acolhimento de paciente em instituição com apoio da Defensoria Pública de SC
	Paciente grave de câncer sem registro civil consegue tratamento após ação da Defensoria Pública
Março	Ações ajuizadas para vagas em creche em Florianópolis têm liminares deferidas pela Justiça

Mês	Matéria – Fonte: https://defensoria.sc.def.br/noticias/
	<p>Assistida consegue acesso a cirurgia estética reparadora após ação da Defensoria Pública em São José</p> <p>Bebê de 4 meses com alergia obtém acesso a suplemento alimentar após ação da Defensoria em Rio do Sul</p> <p>Defensoria evita ordem de desocupação de imóvel contra casal de idosos em Joinville</p> <p>Defensoria Pública promove mutirões itinerantes de atendimento em três cidades de SC em março</p> <p>Idoso que estava na fila de espera do SUS tem acesso a cirurgia urgente com apoio da Defensoria Pública de SC</p> <p>Instrumento cirúrgico é deixado no abdômen de paciente e Defensoria obtém indenização para assistida</p> <p>Justiça concede liminar para inclusão de assistido idoso ao Programa Municipal Transporte Eficiente</p> <p>Moradora de São José obtém suspensão de cobrança de tarifa antiga de coleta de lixo após ação da Defensoria</p> <p>Paciente com câncer de Joaçaba consegue remédio de R\$ 30 mil mensais com apoio da Defensoria</p> <p>Paciente com sequelas de AVC consegue cuidados de enfermagem diários após ação da Defensoria Pública em Florianópolis</p>
Abril	<p>Defensoria Pública em São José impede rescisão unilateral de plano de saúde em favor de criança autista</p> <p>Mutirões da Cidadania promovem mais de 630 atendimentos em três cidades de SC no mês de abril</p>
Maio	<p>Defensoria Pública de SC realiza mais de 330 atendimentos durante Semana Registre-se, em Florianópolis</p> <p>Morador de São Lourenço do Oeste com “XXXX” nos documentos consegue novas emissões com apoio da Defensoria</p> <p>Mutirão da Defensoria ajuda famílias a assinar acordos para pagamento de dívidas com condomínios em Joinville</p> <p>Jovem com autismo consegue retomada de transporte de casa até unidade de educação após ação da Defensoria Pública</p>

Mês	Matéria – Fonte: https://defensoria.sc.def.br/noticias/
	Mutirão da Cidadania tem parada na Vila Aparecida, em Florianópolis; veja serviços
Junho	Assistida que teve tratamento negado por plano de saúde consegue decisão favorável com apoio da Defensoria Pública em São José
	Justiça determina que Celesc forneça energia elétrica para moradores sem luz há um ano
	Defensoria reverte cobrança indevida da Celesc, que alegava fraude em medidor
Agosto	Defensoria catarinense reforça mutirões de atendimento a vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul
	Defensoria Pública em São José impede rescisão unilateral de plano de saúde em favor de crianças gêmeas autistas
	Intervenção da Defensoria Pública garante a assistida com deficiência auditiva o direito de gratuidade no transporte intermunicipal
Setembro	Assistido da Defensoria obtém direito ao restabelecimento do fornecimento de água e esgoto em sua residência
Outubro	1ª Defensoria Pública de Joaçaba tem decisão favorável ao fornecimento de água, esgoto e energia elétrica a assistido
	Consulta com especialidade médica à assistida que necessita de cadeira de rodas motorizada
	Suspensão de cobranças de contrato de financiamento de assistida
	Van dos Direitos da Defensoria Pública presta atendimentos jurídicos à população em situação de rua em Florianópolis
Novembro	Defensoria Pública realiza Mutirão da Cidadania em Florianópolis
	Tribunal de Justiça de Santa Catarina acolhe pedido da Defensoria Pública para dar acesso ao Restaurante Popular a pessoas em situação de vulnerabilidade
Dezembro	Pai tenta tirar casa do filho de 4 anos, que sofre de leucemia, e Defensoria Pública de SC intervém

(...)

A seguir, apresentaremos, com detalhes, algumas das diversas iniciativas da Defensoria Pública em favor dos cidadãos catarinenses, organizadas em três categorias, quais sejam, demandas individuais, demandas coletivas, e mutirões e eventos comunitários.

5.4.1 Demandas individuais

Defensoria Pública garante ligação de água para assistido em Tubarão – 23 de janeiro de 2024



A Defensoria Pública de Tubarão obteve, em 23 de janeiro de 2024, uma decisão favorável para um assistido, determinando que a Tubarão Saneamento S.A. realizasse a ligação de água em sua residência. A empresa havia negado o serviço sob a alegação de que a casa estava em área de preservação permanente (APP). Contudo, a defensora pública Rafaela Duarte Fernandes argumentou que a localidade é uma área urbana consolidada,

com infraestrutura e serviços essenciais, não se enquadrando nas restrições previstas pela legislação municipal. O Tribunal de Justiça acatou o argumento e determinou a ligação imediata.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-garante-ligacao-de-agua-para-assistido-em-tubarao>

Idosa em tratamento de câncer consegue medicamento de alto custo com apoio da Defensoria Pública – 16 de fevereiro de 2024



Uma idosa em situação de vulnerabilidade econômica, residente em São José, conseguiu, com o apoio da Defensoria Pública, acesso a um medicamento de alto custo necessário para o tratamento de *leucemia mielóide* aguda, um tipo de câncer no sangue e medula óssea. A paciente já havia utilizado tratamentos oferecidos pelo SUS, mas o remédio prescrito não foi fornecido pelo Poder Público. Dada a gravidade da doença e a

impossibilidade de a idosa ser submetida à quimioterapia convencional, a Justiça determinou, no início de fevereiro, que o Governo do Estado fornecesse o medicamento imediatamente.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/idosa-em-tratamento-de-cancer-consegue-medicamento-de-alto-custo-com-apoio-da-defensoria-publica>

Família consegue acolhimento de paciente em instituição com apoio da Defensoria Pública de SC – 6 de fevereiro de 2024

Uma família conseguiu, com o apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, o acolhimento



de um homem de 58 anos em uma instituição de longa permanência. O paciente, que sofreu um AVC em 2017, necessita de auxílio integral de terceiros para as atividades diárias. O pedido de tutela provisória foi aceito pela Justiça no final de janeiro, determinando que o Município de Florianópolis providenciasse o acolhimento em até 30 dias, seja em instituição pública ou privada. O juiz também estabeleceu que o homem seja reavaliado trimestralmente para evitar a institucionalização prolongada.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/familia-consegue-acolhimento-de-paciente-em-instituicao-com-apoio-da-defensoria-publica-de-sc>

Paciente grave de câncer sem registro civil consegue tratamento após ação da Defensoria Pública – 1º de fevereiro de 2024

A 3ª Defensoria Pública de Palhoça garantiu, após ação judicial, o acesso a tratamento para uma paciente grave de câncer que não possuía registro civil. A mulher, diagnosticada Neoplasia Maligna do Colo do Útero, teve o tratamento negado pelo Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) devido à falta de documentação. Apesar de uma ação de



com

registro tardio já estar em andamento desde 2023, a Defensoria solicitou, por meio de tutela de urgência, que a paciente fosse atendida. O pedido foi aceito pela Justiça em 29 de janeiro, permitindo o tratamento imediato, dada a urgência da situação.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/paciente-grave-de-cancer-sem-registro-civil-consegue-tratamento-apos-acao-da-defensoria-publica>

Assistida consegue acesso a cirurgia estética reparadora após ação da Defensoria Pública em São José – 25 de março de 2024

Uma assistida obteve, com o apoio da 6ª Defensoria Pública de São José, acesso a uma cirurgia reparadora facial após sofrer deformidade causada por preenchimentos estéticos com substância plástica. A mulher, que havia realizado o procedimento há cerca de dez anos,

desenvolveu reações inflamatórias e deformidades nos tecidos faciais. O defensor público argumentou que a cirurgia não se limita a um fim estético, mas também busca aliviar as consequências emocionais. Em março, a Justiça concedeu liminar determinando que o Estado de Santa Catarina realizasse a cirurgia em até 30 dias.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/assistida-consegue-acesso-a-cirurgia-estetica-reparadora-apos-acao-da-defensoria-publica-em-sao-jose>

Bebê de 4 meses com alergia obtém acesso a suplemento alimentar após ação da Defensoria em Rio do Sul – 13 de março de 2024

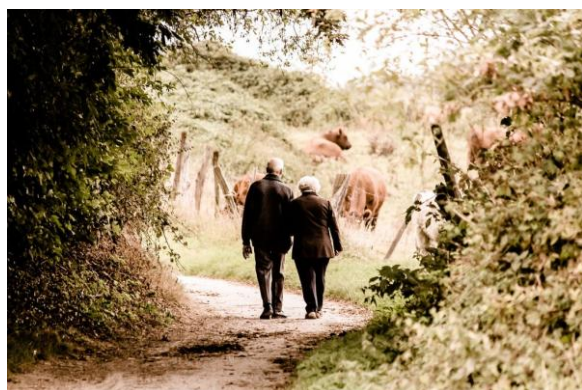


Um bebê de 4 meses, assistido pela 2ª Defensoria Pública de Rio do Sul, obteve uma decisão liminar para garantir o fornecimento de suplemento alimentar livre de proteína do leite de vaca, essencial para o tratamento de sua alergia. A Defensoria argumentou que, embora o suplemento esteja incorporado à rede pública de saúde, a criança não o havia recebido devido a questões operacionais. Após a atuação da

Defensoria em fevereiro, a Justiça determinou que o Estado e o Município de Rio do Sul fornecessem o suplemento, sob pena de sequestro de valores.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/bebe-de-4-meses-com-alergia-obtem-acesso-a-suplemento-alimentar-apos-acao-da-defensoria-em-rio-do-sul>

Defensoria evita ordem de desocupação de imóvel contra casal de idosos em Joinville – 13 de março de 2024



A Defensoria Pública de Santa Catarina impediu uma ordem de desocupação que colocaria um casal de idosos de 75 anos na rua, em Joinville. O Município havia solicitado a reintegração de posse do imóvel ocupado, mas a Defensoria reverteu a decisão com recurso no Tribunal de Justiça. O defensor público destacou a situação do casal, que

morava no local há mais de 30 anos e não tinha outra residência. O desembargador concedeu a suspensão da reintegração de posse e condicionou a ação à disponibilização de uma

residência provisória até que o casal seja atendido pelos programas habitacionais do Município.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-evita-ordem-de-desocupacao-de-imovel-contra-casal-de-idosos-em-joinville>

Idoso que estava na fila de espera do SUS tem acesso a cirurgia urgente com apoio da Defensoria Pública de SC – 5 de março de 2024

Um idoso de 65 anos, morador de Florianópolis, obteve acesso a uma cirurgia urgente para tratamento de hiperplasia prostática benigna com o apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina. Apesar de benigna, a doença tinha caráter progressivo e poderia causar complicações graves, como retenção urinária e insuficiência renal. O paciente estava na fila de espera do SUS, com consulta agendada para 405 dias depois. Após a intervenção da Defensoria, a Justiça determinou a realização imediata da cirurgia, atendendo à urgência do caso.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/idoso-que-estava-na-fila-de-espera-do-sus-tem-acesso-a-cirurgia-urgente-com-apoio-da-defensoria-publica-de-sc>

Instrumento cirúrgico é deixado no abdômen de paciente e Defensoria obtém indenização para assistida – 5 de março de 2024

Uma moradora de Joinville obteve indenização após equipe médica esquecer um instrumento cirúrgico dentro do abdômen dela durante cirurgia. O caso ocorreu em 2012, em um procedimento de pieloplastia no Hospital Municipal São José, na cidade do Norte de Santa Catarina. Durante uma cirurgia realizada em Joinville, a ponta do instrumental utilizado quebrou e não foi localizada. Após um exame de Raio-X, foi constatado que o objeto havia



permanecido dentro do abdômen da paciente. O cirurgião informou que o instrumento seria absorvido pelo corpo da mulher. Em decorrência do incidente, a Justiça determinou que o Município de Joinville e o Hospital Municipal São José indenizassem a paciente por danos morais.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/instrumento-cirurgico-e-deixado-no-abdomen-de-paciente-e-defensoria-obtem-indenizacao-para-assistida>

Justiça concede liminar para inclusão de assistido idoso ao Programa Municipal Transporte Eficiente – 5 de março de 2024

A Defensoria Pública de Joinville obteve uma decisão favorável para que um idoso fosse incluído no Programa Municipal Transporte Eficiente, destinado a pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. O assistido, que passou por cirurgia de amputação em um dos membros inferiores, enfrentava dificuldades para utilizar o transporte público convencional. Após negativa da administradora do serviço, a Justiça concedeu liminar determinando sua inclusão no programa no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/justica-concede-liminar-para-inclusao-de-assistido-idoso-ao-programa-municipal-transporte-eficiente>

Moradora de São José obtém suspensão de cobrança de tarifa antiga de coleta de lixo após ação da Defensoria – 13 de março de 2024

Uma moradora de São José conseguiu, com apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, a suspensão de cobranças de tarifa antiga de coleta de lixo após adquirir um imóvel com débitos referentes à tarifa. A mulher, temendo ser negativada, parcelou a dívida, mas a ação demonstrou que o débito era pessoal e não deveria ser direcionado à assistida. O juízo da 3ª Vara Cível de São José concedeu liminar para suspender as cobranças, com multa diária em caso de descumprimento.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/moradora-de-sao-jose-obtem-suspensao-de-cobranca-de-tarifa-antiga-de-coleta-de-lixo-apos-acao-da-defensoria>

Paciente com câncer de Joaçaba consegue remédio de R\$ 30 mil mensais com apoio da Defensoria – 13 de março de 2024

Um paciente de 56 anos, morador de Joaçaba, obteve acesso a um medicamento de alto custo, cerca de R\$ 30 mil mensais, com o apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina. Diagnosticado com câncer, o homem precisava da medicação não padronizada para tratar neoplasia do reto, e a falta do remédio poderia ser fatal. O juiz concedeu liminar, determinando que o Município e o Estado fornecessem o medicamento em até 15 dias.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/paciente-com-cancer-de-joacaba-consegue-remedio-de-r-30-mil-mensais-com-apoio-da-defensoria>

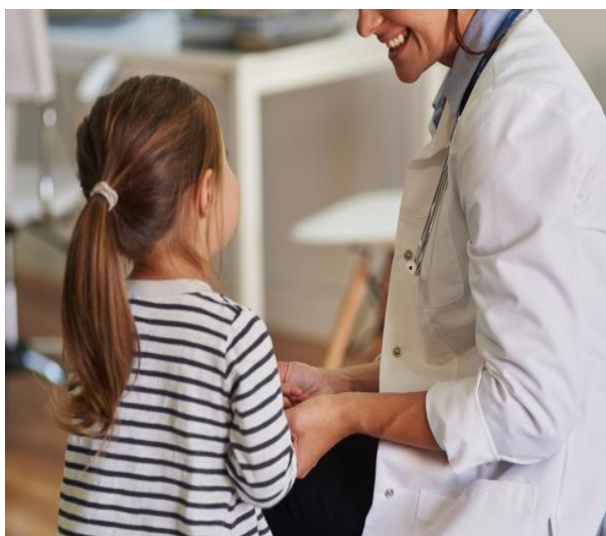
Paciente com sequelas de AVC consegue cuidados de enfermagem diários após ação da Defensoria Pública em Florianópolis – 25 de março de 2024

Um morador de Florianópolis com sequelas de AVC obteve, com o apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, a garantia de atendimento domiciliar de enfermagem diário. O

assistido, totalmente dependente de cuidados, precisava de acompanhamento contínuo para manejo de traqueostomia, gastrostomia, sonda vesical e prevenção de escaras. A Justiça concedeu liminar determinando que o Estado e o Município fornecessem os cuidados, com prazo de 15 dias para a implementação, sob pena de sequestro de valores.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/paciente-com-sequelas-de-avc-consegue-cuidados-de-enfermagem-diarios-apos-acao-da-defensoria-publica-em-florianopolis>

Defensoria Pública em São José impede rescisão unilateral de plano de saúde em favor de criança autista – 30 de abril de 2024



A 6ª Defensoria Pública de São José obteve uma decisão favorável que impediu a rescisão unilateral de contrato de plano de saúde de uma criança de 9 anos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Defensoria argumentou que a rescisão sem alternativa de migração de plano comprometia a continuidade dos tratamentos médicos essenciais à saúde da criança. A Justiça determinou que a operadora mantivesse o serviço de assistência até a

migração do contrato, sem novos prazos de carência, garantindo cobertura igual à atual.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-em-sao-jose-impede-rescisao-unilateral-de-plano-de-saude-em-favor-de-crianca-autista>

Morador de São Lourenço do Oeste com “XXXX” nos documentos consegue novas emissões com apoio da Defensoria – 27 de maio de 2024

Um morador de São Lourenço do Oeste conseguiu, com apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, emitir a segunda via de sua carteira de identidade após enfrentar dificuldades devido a um erro em seu registro civil. Ao nascer, a certidão de nascimento indicava a mãe adotiva como "declarante", sem registrar os pais biológicos. Aos 18 anos, o homem obteve documentos, mas com “XXXX” na parte de filiação. Após perder os documentos e não conseguir atualizá-los, ele buscou a Defensoria, que obteve liminar em cinco dias para a emissão de novos documentos.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/morador-de-sao-lourenco-do-oeste-com-xxxx-nos-documentos-consegue-novas-emissoes-com-apoio-da-defensoria>

Jovem com autismo consegue retomada de transporte de casa até unidade de educação após ação da Defensoria Pública – 31 de maio de 2024

Um jovem com autismo, morador de São José, obteve, com apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, a retomada do transporte gratuito para a unidade educacional que frequenta. Diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual, o jovem necessitava de educação especializada. Após ser informado que o transporte escolar não o buscaria mais em casa, sua mãe, idosa e com dificuldades para acompanhá-lo até o ponto de embarque, procurou a Defensoria. A Justiça concedeu liminar para garantir a retomada do transporte desde a residência do assistido.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/jovem-com-autismo-consegue-retomada-de-transporte-de-casa-ate-unidade-de-educacao-apos-acao-da-defensoria-publica>

Assistida que teve tratamento negado por plano de saúde consegue decisão favorável com apoio da Defensoria Pública em São José – 3 de junho de 2024

Uma moradora de São José conseguiu, com apoio da Defensoria Pública de Santa Catarina, uma decisão favorável após ter o tratamento negado pelo plano de saúde. Diagnosticada com dor lombar crônica e dorsalgia, ela teve a autorização negada para uma série de procedimentos necessários ao seu tratamento. O defensor público destacou que a negativa do plano envolvia a recusa a fornecer aparelhos específicos recomendados pelo médico, além de ressaltar que a demora poderia agravar ainda mais sua condição. A Justiça determinou a autorização integral dos procedimentos, sob pena de multa diária.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/assistida-que-teve-tratamento-negado-por-plano-de-saude-consegue-decisao-favoravel-com-apoio-da-defensoria-publica-em-sao-jose>

Defensoria reverte cobrança indevida da Celesc, que alegava fraude em medidor – 1º de julho de 2024



A Defensoria Pública de Lages obteve uma decisão favorável para um morador de Lages, que estava sendo cobrado indevidamente pela Celesc por suposta fraude em seu medidor de energia elétrica. A companhia exigia o pagamento de R\$ 7.533,00, valor estipulado unilateralmente. O caso, inicialmente desfavorável ao consumidor, foi reformado pelo Tribunal de Justiça, que aceitou os argumentos da defesa. O defensor público explicou que a Celesc não cumpriu a legislação ao não realizar a perícia técnica necessária para comprovar a fraude, além de ter cobrado sem aviso prévio ou oportunidade de defesa.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-reverte-cobranca-indevida-da-celesc-que-alegava-fraude-em-medidor>

Defensoria Pública em São José impede rescisão unilateral de plano de saúde em favor de crianças gêmeas autistas – 7 de agosto de 2024

A 6ª Defensoria Pública de São José obteve uma vitória para uma assistida e seus dois filhos gêmeos autistas ao impedir a rescisão unilateral de seu plano de saúde. O defensor público argumentou que a rescisão do contrato sem a oferta de outro plano com portabilidade de carência comprometia a continuidade dos tratamentos médicos essenciais para o bem-estar das crianças, o que poderia afetar gravemente sua saúde e desenvolvimento, em desacordo com a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. O Juízo da 2ª Vara Cível determinou que a operadora de plano de saúde mantivesse a cobertura até a migração para um novo contrato, com a mesma rede e cobertura, sem a exigência de novos prazos de carência.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-em-sao-jose-impede-rescisao-unilateral-de-plano-de-saude-em-favor-de-criancas-gemeas-autistas>

Intervenção da Defensoria Pública garante a assistida com deficiência auditiva o direito de gratuidade no transporte intermunicipal – 7 de agosto de 2024

A Defensoria Pública de São José garantiu que uma moradora com deficiência auditiva recebesse a gratuidade no transporte intermunicipal após ter seu pedido negado pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). A Defensoria comprovou a deficiência auditiva bilateral da assistida, que já usufruía do benefício anteriormente. O Juízo concedeu liminar, determinando a emissão da carteira de gratuidade em 15 dias.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/intervencao-da-defensoria-publica-garante-a-assistida-com-deficiencia-auditiva-o-direito-de-gratuidade-no-transporte-intermunicipal>

Assistido da Defensoria obtém direito ao restabelecimento do fornecimento de água e esgoto em sua residência – 30 de setembro de 2024



A Defensoria Pública de São José obteve decisão favorável que garantiu o restabelecimento do fornecimento de água e esgoto a um assistido. A CASAN foi obrigada a religar os serviços em 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00. A interrupção havia ocorrido devido a uma dívida pretérita, mas a Defensoria argumentou que, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a interrupção de serviços essenciais é ilegal.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/assistido-da-defensoria-obtem-direito-ao-restabelecimento-do-fornecimento-de-agua-e-esgoto-em-sua-residencia>

1ª Defensoria Pública de Joaçaba tem decisão favorável ao fornecimento de água, esgoto e energia elétrica a assistido – 10 de outubro de 2024

A 1ª Defensoria Pública de Joaçaba obteve decisão favorável para garantir o fornecimento de água, esgoto e energia elétrica a um assistido, após a família enfrentar dificuldades desde a aquisição do imóvel em fevereiro de 2022. O assistido precisou de ajuda de vizinhos para acessar esses serviços essenciais, afetando gravemente sua qualidade de vida. Apesar das tentativas administrativas, a Defensoria ingressou com ação judicial, e a 2ª Vara Cível de Joaçaba determinou que a CELESC e o Simae regularizem os serviços no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/1-defensoria-publica-de-joacaba-tem-decisao-favoravel-ao-fornecimento-de-agua-esgoto-e-energia-eletrica-a-assistido>

Poder Judiciário acolhe parcialmente pedido liminar da 7ª Defensoria Pública de Criciúma e dá prazo de 20 dias para o Estado fornecer consulta com especialidade médica à assistida que necessita de cadeira de rodas motorizada – 17 de outubro de 2024

A 7ª Defensoria Pública de Criciúma obteve decisão parcial favorável para uma assistida que, após sofrer amputações e sequelas de AVCs, necessita de uma cadeira de rodas motorizada. O pedido administrativo foi negado pela Secretaria Municipal de Saúde, que alegou falta de informações e resistência à recuperação muscular. A Defensoria interveio, e o Estado, responsável pelo fornecimento do equipamento, não se manifestou.

O Judiciário determinou que a assistida seja avaliada por médico especialista no prazo de 20 dias, e, caso confirmada a necessidade, seja incluída na fila de espera para a cadeira de rodas motorizada, com a devida classificação de risco. O descumprimento poderá resultar em sequestro de valores.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/poder-judiciarioacolheparcialmentepedidoliminarda-7-defensoria-publica-de-criciuma-e-da-prazo-e-20-dias-para-o-estadofornecer-consultacom-especialidade-medica-a-assistida-que-necessita-de-cadeira>

Após intervenção da Defensoria Pública de São José, Justiça determina suspensão de cobranças de contrato de financiamento de assistida – 11 de outubro de 2024

A 1ª Vara Cível de São José determinou, após intervenção da Defensoria Pública, a suspensão imediata das cobranças do financiamento de uma assistida. O contrato de financiamento havia sido firmado com dados falsos, como o modelo do veículo e o valor da compra. Além disso, o veículo adquirido apresentou falhas no sistema de freios, tornando-o

inutilizável. A Justiça acolheu a ação da Defensoria e determinou a suspensão das parcelas, além de impedir a inclusão do nome da assistida em órgãos de proteção ao crédito.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/apos-intervencao-da-defensoria-publica-de-sao-jose-justica-determina-suspensao-de-cobrancas-de-contrato-de-financiamento-de-assistida>

Pai tenta tirar casa do filho de 4 anos, que sofre de leucemia, e Defensoria Pública de SC intervém – 13 de dezembro de 2024

Em uma ação de reintegração de posse movida pelo ex-companheiro de uma mulher, a Defensoria Pública de SC interveio em favor da assistida e de seu filho de 4 anos, que sofre de leucemia. O pai da criança buscava retirá-los do imóvel onde vivem, mas a assistida, desempregada e dedicada ao cuidado do filho, não tinha condições de encontrar outro lugar para morar. O autor da ação possui outros imóveis, mas ainda assim queria retomar o imóvel. A Defensoria argumentou que a criança deveria permanecer no local até o fim de seu tratamento médico, resultando na negativa do pedido de urgência do pai e garantindo que mãe e filho ficassem no imóvel.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/pai-tenta-tirar-casa-do-filho-de-4-anos-que-sofre-de-leucemia-e-defensoria-publica-de-sc-intervem>

5.4.2 Demandas coletivas

Idosos podem receber fraldas geriátricas gratuitamente em Joinville após ação da Defensoria Pública – 24 de janeiro de 2024



A Defensoria Pública de Santa Catarina obteve uma liminar que obriga o Município de Joinville a fornecer fraldas geriátricas gratuitas para pacientes com mais de 60 anos. A decisão garante o fornecimento contínuo conforme a necessidade do paciente. Para acessar o benefício, o idoso deve comprovar sua residência em Joinville, a necessidade do uso da fralda e a impossibilidade financeira de adquiri-la. O pedido deve ser feito na Unidade Básica de Saúde mais próxima.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/idosos-podem-receber-fraldas-geriatricas-gratuitamente-em-joinville-apos-acao-da-defensoria-publica>

Ações ajuizadas para vagas em creche em Florianópolis têm liminares deferidas pela Justiça – 5 de março de 2024

O 1º Mutirão para Vagas em Creches em Florianópolis, promovido pelo NIJID da Defensoria Pública de Santa Catarina, ajuizou 54 ações para garantir a matrícula de 56 crianças. O mutirão, realizado em 3 de fevereiro, atendeu pais e tutores de crianças de zero a quatro anos que enfrentaram dificuldades para garantir matrícula ou vaga em unidades próximas. Além das ações, 71 famílias receberam orientações jurídicas sobre seus direitos. O evento ocorreu na sede da DPESC, no Centro de Florianópolis.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/acoes-ajuizadas-para-vagas-em-creche-em-florianopolis-tem-liminares-deferidas-pela-justica>

Justiça determina que Celesc forneça energia elétrica para moradores sem luz há um ano – 25 de junho de 2024

A Vara Única da Comarca de Garopaba determinou que a Celesc forneça energia elétrica temporária a famílias vulneráveis nas Servidões PMG 657 e PMG 661, no bairro Ambrósio, que estão sem luz há um ano e dependem de geradores a gasolina. A decisão liminar foi tomada em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública após tentativas frustradas de solução junto à Companhia de Energia e à Prefeitura. A Juíza destacou que o município deveria ter tomado a medida antes. A Celesc deve cumprir a ordem imediatamente, sob pena de multa diária de R\$ 1.000, com limite de R\$ 100 mil.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/justica-determina-que-celesc-fornece-energia-eletrica-para-moradores-sem-luz-ha-um-ano>

5.4.3 Mutirões e atendimentos comunitários

Defensoria Pública promove mutirões itinerantes de atendimento em três cidades de SC em março – 11 de março de 2024



A Defensoria Pública de Santa Catarina realizou três mutirões itinerantes em março nas cidades de Criciúma, Florianópolis e Joinville, com o apoio da Van dos Direitos. Esses mutirões ofereceram orientações jurídicas, consultas processuais e regularização de documentação civil, como 2ª via de certidões. A primeira parada aconteceu em Joinville, no bairro Itinga, no dia 5. A programação seguiu para Criciúma (13), Florianópolis (16) e novamente Joinville (18).

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-promove-mutiroes-itinerantes-de-atendimento-em-tres-cidades-de-sc-em-marco>

Mutirões da Cidadania promovem mais de 630 atendimentos em três cidades de SC no mês de abril – 30 de abril de 2024

O mês de abril foi marcado pela realização de sete Mutirões da Cidadania, em três cidades de Santa Catarina. No total, foram mais de 630 atendimentos. Em Joinville, a ação foi realizada em parceria com a Caravana do Bem, do Jornal do Almoço, da NSCTV, em comemoração ao aniversário da cidade. Foram três paradas em abril, nos bairros Jardim Paraíso, Vila Nova e Jarivatuba – o evento teve início ainda em março, com passagens pelo Itinga e Iririú.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/mutiroes-da-cidadania-promovem-mais-de-630-atendimentos-em-tres-cidades-de-sc-no-mes-de-abril>

Defensoria Pública de SC realiza mais de 330 atendimentos durante Semana Registre-se, em Florianópolis – 21 de maio de 2024

A Defensoria Pública de Santa Catarina, por meio da Assessoria de Projetos Especiais (ASSEPE), realizou mais de 330 atendimentos durante a Semana Nacional do Registro Civil - "Registre-se!", no Complexo Esportivo do Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis. A segunda edição do evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorreu entre os dias 13 e 17 de maio e contou com a participação de órgãos estaduais e federais para promover o acesso a direitos e serviços pela população. A DPE participou novamente, oferecendo orientações jurídicas, educação em direitos e consultas processuais.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-de-sc-realiza-mais-de-330-atendimentos-durante-semana-registre-se-em-florianopolis>

Mutirão da Defensoria ajuda famílias a assinar acordos para pagamento de dívidas com condomínios em Joinville – 21 de maio de 2024

A Defensoria Pública de Santa Catarina, por meio do NUHAB, realizou um mutirão nos dias 23 e 24 de maio de 2024 em Joinville para ajudar famílias de baixa renda a firmarem acordos

de pagamento de dívidas com os condomínios Trentino I e II, no bairro Itinga. O atendimento ocorreu na Defensoria Pública em Joinville, com transporte gratuito fornecido pela Prefeitura. O defensor público Marcelo Scherer da Silva acompanhou o caso desde o início, esclarecendo os termos dos acordos, como resultado de uma ação civil pública para evitar cobranças ilegais.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/mutirao-da-defensoria-ajuda-familias-a-assinar-acordos-para-pagamento-de-dividas-com-condominios-em-joinville>

Mutirão da Cidadania tem parada na Vila Aparecida, em Florianópolis – 14 de maio de 2024

A Defensoria Pública esteve no sábado, 18 de maio de 2024, na Vila Aparecida, em Florianópolis, para realizar mais um Mutirão da Cidadania. A ação aconteceu na sede do Bairro Educador (Casa da Comunidade), das 11h às 16h, em parceria com a Prefeitura de Florianópolis. Os moradores puderam acessar serviços da Defensoria, como orientações jurídicas, consultas processuais e emissão gratuita da 2ª via de Certidões de Registro Civil (nascimento, casamento e óbito).

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/mutirao-da-cidadania-tem-parada-na-vila-aparecida-em-florianopolis-veja-servicos>

Defensoria catarinense reforça mutirões de atendimento a vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul – 27 de agosto de 2024

A Defensoria Pública de Santa Catarina integrou uma ação colaborativa com o CONDEGE para ampliar o atendimento às vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul, de 26 a 30 de agosto de 2024. Mutirões realizados em Porto Alegre ofereceram orientações jurídicas, cidadania e apoio para o ajuizamento de ações relacionadas a benefícios emergenciais como o PIX SOS Rio Grande do Sul e o Volta por Cima. O objetivo foi apoiar as famílias na recuperação financeira e material após as enchentes.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-catarinense-reforca-mutiroes-de-atendimento-a-vitimas-de-enchentes-no-rio-grande-do-sul>

Van dos Direitos da Defensoria Pública presta atendimentos jurídicos à população em situação de rua em Florianópolis – 29 de outubro de 2024

O Projeto 'Defensoria com a Rua', promovido pelo Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos (NUCIDH) realiza atendimentos periódicos e itinerantes em locais de concentração da população em situação de rua com objetivo de promover o acesso à justiça e a educação em direitos do coletivo.



Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/van-dos-direitos-da-defensoria-publica-presta-atendimentos-juridicos-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-florianopolis>

Defensoria Pública realiza Mutirão da Cidadania em Florianópolis – 28 de novembro de 2024



A Defensoria Pública realizou o Mutirão da Cidadania em Florianópolis, no dia 28 de novembro de 2024, em parceria com o Lar Fabiano de Cristo, no bairro Monte Cristo. A ação ofereceu orientações jurídicas, consultas processuais e emissão de 2ª via de certidões de registro civil, resultando em 48 atendimentos e cerca de 55 certidões solicitadas. Os casos mais complexos foram encaminhados para atendimento especializado. Em 2024, a Defensoria realizou 23 mutirões em várias cidades, emitindo 700 certidões. O projeto será retomado em 2025 com novo calendário de ações.

Fonte: <https://www.defensoria.sc.def.br/noticias/defensoria-publica-realiza-mutirao-da-cidadania-em-florianopolis>

Os exemplos acima expostos demonstram o firme compromisso da Defensoria Pública na defesa dos direitos da população catarinense.

6. DESAFIOS INSTITUCIONAIS

Os principais desafios institucionais estão diretamente ligados à necessidade de expansão dos serviços de orientação e assistência jurídica integral e gratuita prestados à população vulnerável de Santa Catarina.

A Defensoria Pública precisa ser instalada em todo o território catarinense, e é nessa linha que a Administração Superior atua.

Além disso, os membros e servidores necessitam de valorização para que possam bem desempenhar suas funções.

Atualmente, a Instituição trabalha num planejamento estratégico para os próximos anos e deverá apresentar muito em breve um plano de expansão, demonstrando como e quando deverá estar em todo o Estado de Santa Catarina, contando sempre com o inestimável apoio da sociedade catarinense.

Veja-se rol com os principais desafios institucionais.

(...)

(i) expansão dos serviços ofertados à população catarinense, pois a Instituição atua somente em 26 das 112 Comarcas existente no Estado de Santa Catarina;

(ii) sobrecarga de trabalho dos membros e servidores, que precisa ser mitigada por medidas laborais e remuneratórias;

(iii) eficiência do atendimento, com o objetivo de reduzir a espera e entregar o serviço de forma célere e eficaz;

(iv) evasão da carreira, que precisa ser enfrentada por meio da realização de concursos e da implementação de medidas de atratividade à permanência nos quadros institucionais;

(v) aumento do número de membros da Defensoria Pública, criando vagas e movimentando a carreira;

(vi) avanços em infraestrutura e tecnologia, pois ambas as pautas estão diretamente ligadas à rapidez e à qualidade dos serviços; e

(vii) aumento do orçamento, de modo a permitir que a Instituição avance de forma efetiva em todas as áreas.

(...)

Nota-se que os desafios estão imbricados e interligados, carecendo de avanços conjuntos para que a Instituição possa bem cumprir sua missão de servir à população catarinense.

7. PERSPECTIVAS

Os atuais integrantes da Administração Superior assumiram seus respectivos compromissos em setembro de 2024, de modo que liderarão a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina até setembro de 2026.

A Gestão trabalha com um arrojado e minucioso plano de compromissos, pretendendo avançar nas principais questões institucionais, especialmente naquelas ligadas à valorização da carreira e à expansão dos serviços.

O planejamento estratégico de longo prazo será devidamente realizado e a Instituição reposicionada em direção aos anseios dos catarinenses.

Ademais, como consignado no tópico anterior, um plano de expansão será apresentado às forças políticas do Estado de Santa Catarina para que, a partir de então, contando com o apoio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também do Ministério Público e do Tribunal de Contas, espera-se avançar para de forma conjunta para levar o serviço público de orientação e assistência jurídica integral e gratuita a todas as pessoas vulneráveis.

8. REFERÊNCIAS

Os materiais utilizados para a produção do documento Relatório de Atividade – 2024 podem ser encontradas nos endereços apontados, especialmente no sítio eletrônico www.defensoria.sc.def.br.

No caso de dificuldades para acessar qualquer documento, a Defensoria Pública está à disposição por meio do endereço eletrônico dpe@defensoria.sc.def.br.

Este relatório de atividades serviu para demonstrar a atuação institucional da Defensoria Pública em favor da sociedade catarinense, cumprindo obrigação legal prevista na Constituição do Estado de Santa Catarina.

Considerando que o serviço público de orientação e assistência jurídica integral e gratuita à população vulnerável é custeado por meio dos impostos dos catarinenses, prestar contas do uso de tais recursos é dever dos gestores públicos.

A Defensoria Pública tem utilizado com zelo as verbas públicas que recebe, transformando os valores em serviços que beneficiam a vida de toda a coletividade, especialmente das pessoas catarinenses vulneráveis.

Por isso, para além de demonstrar o total e a importância das atividades realizadas, o relatório também serve de alerta para a imperiosa necessidade de expandir a atuação da Defensoria Pública para todos os cantos do Estado de Santa Catarina, fazendo com que o serviço público de orientação e assistência jurídica integral e gratuita alcance toda a população catarinense vulnerável.